



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CREDENCIAMENTO 01/FMS/2024
CHAMAMENTO PÚBLICO**

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS/RJ

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFERÊNCIA EM OFTALMOLOGIA PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES QUE NECESSITEM DE CONSULTAS, INCLUÍDO O GLAUCOMA, EXAMES E CIRURGIAS, COM GARANTIA DE ACOMPANHAMENTO PÓS-CIRÚRGICO.

RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES

O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 11/03/2024 através do sítio eletrônico: www.portaldecomprasnilopolis.com.br.

ESCLARECIMENTOS

Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para e-mail licitasemusa@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL

Processo Administrativo nº 103/2024

Inexigibilidade/Credenciamento nº 01/2024/FMS

Torna-se público para o conhecimento dos interessados que o Município de Nilópolis, por meio por meio da Comissão Especial de Licitação, está realizando CHAMAMENTO PÚBLICO, com utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, com o objetivo de credenciar de pessoas jurídicas especializadas de referência em oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas, incluindo o glaucoma, exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da [Lei Federal nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 nos [art. 74 inciso IV](#), [art. 79 inciso I](#).

1. DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

- I. É objeto do presente Edital é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS DE REFERÊNCIA EM OFTALMOLOGIA PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES QUE NECESSITEM DE CONSULTAS, INCLUÍDO O GLAUCOMA, EXAMES E CIRURGIAS, COM GARANTIA DE ACOMPANHAMENTO PÓS-CIRÚRGICO, objetivando o atendimento à população, nas condições estabelecidas neste Edital.
- II. Conforme [art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- III. O credenciamento não tem caráter competitivo, para a distribuição dos serviços a Administração elegerá a seleção do contratado a critério de terceiros, ou seja, quando a seleção do fornecedor do serviço está a cargo não da Administração Pública, mas sim do beneficiário direto da prestação, cabendo ao Poder Público somente credenciar aqueles que atendem aos requisitos previamente fixados, da forma que evidencie o cumprimento dos princípios da isonomia, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da economicidade, do julgamento objetivo e da celeridade a distribuição da demanda.
- IV. O critério de seleção é o previsto no [art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
- V. A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- I. Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- II. Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.
- III. Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pelo Município de Nilópolis - RJ.
- IV. Os documentos exigidos deverão apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de Licitação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Previdenciário/Fiscal e Outros.

- V. Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Licitação para efeito de comprovação de sua autenticidade.
- VI. Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.
- VII. Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.
- VIII. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.

3. DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

- I. Deverá ser entregue junto ao Requerimento de Credenciamento os documentos abaixo indicados, nos quais deverá ser observado o prazo de validade e apresentação através de vias originais ou pela internet.
- II. Em caso de fotocópias, estas deverão estar autenticadas em cartório oficial ou pelo servidor público municipal designado.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Conforme Termo de referência em seu item 6.2 deste Edital

RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- e) Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- f) Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Alvará de Localização e/ou Funcionamento expedido pelo Município de Nilópolis - RJ, em plena validade e compatível com o objeto do certame ou documento/protocolo que comprove a solicitação da entrada na documentação para regularização do Alvará.

RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Conforme Termo de referência em seu item 6.3 deste Edital.

RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Conforme Termo de referência em seu item 6.4 deste Edital.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- a) Solicitação de Credenciamento e Declarações (Anexo II);

4. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a. Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entrarão no sítio eletrônico: www.portaldecomprasnilopolis.com.br toda a documentação de habilitação prevista no Item 3.
- b. A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão de Licitação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega, que será apostado em cópia da Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.
- c. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.
- d. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

5. DOS RECURSOS

- I. O interessado não habilitado, nos termos do item 4.4, poderá interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Licitação através do sítio eletrônico: www.portaldecomprasnilopolis.com.br.
- II. O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido à Comissão de Licitação e protocolado no sítio mencionado.
- III. O recurso não terá efeito suspensivo.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

- a. Após a análise documental, a Comissão de Licitação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.
- b. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e publicação no Diário Oficial dos Municípios de Nilópolis, quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.
- c. A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico <https://www.nilopolis.rj.gov.br> e publicada no Diário Oficial do Município de Nilópolis.
- d. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico do Município de Nilópolis.

7. DO CONTRATO

- I. A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.
- II. Os serviços deverão ser realizados no Município de Nilópolis, segundo os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos.
- III. A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo III deste Edital.

8. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

- 8.1. Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes do Termo de Referência – Anexo I, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo II;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.2. O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores do Anexo I – Termo de Referência.

8.3. O pagamento será efetuado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

8.4. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.5. Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a [Lei Complementar nº 123/2006](#).

8.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município de Nilópolis-RJ.

8.7. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

8.8. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações o Município de Nilópolis-RJ, procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

8.9. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde:

R = valor da correção procurada; V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

8.10. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Nilópolis-RJ.

8.11. O Município poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

8.12. Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 30 (trinta) dias serão descredenciados.

8.13. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.14. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

previstas no Edital, seus Anexos e na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.15. Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Licitação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá a autoridade competente para tomada de decisão.

8.16. Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Administração poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- I. **Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por através do email: licitasemusa@gmail.com, a qualquer tempo, até o período de validade deste Edital.**
- II. **Caberá à Comissão Especial de Licitação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.**
- III. **As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.**

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 11.1. As obrigações do Credenciado constam do item 9.2 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

- a. São obrigações do credenciante, além das previstas no item 9.1 do Anexo I- Termo de Referência:
- b. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- c. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.
- d. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objetopactuado.
- e. Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termode Referência.
- f. Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
- g. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;
- h. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.
- i. O Município de Nilópolis, através de cada Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na [Lei Federal 14.133/2021](#) e no Item 10 do Termode Referência e demais cominações legais.
- j. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no [art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- k. Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo esta submetida à habilitação prevista no Item 3 deste Edital.
- II. Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à o Município de Nilópolis.
- III. O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação atinente à matéria.
- IV. O Município de Nilópolis poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.
- V. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Licitação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.
- VI. São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

14. ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Nilópolis, 18 de janeiro de 2024.

André Martins Loureiro
SubSecretário Municipal de Saúde



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

(Processo Administrativo n.º 103/2024)
(Inexigibilidade/Credenciamento nº 01/2024)

A Comissão Especial de Chamada Pública do Município de Nilópolis-RJ.

DADOS CADASTRAIS		
Nome empresarial:		
Endereço:	Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
CNPJ:	Inscrição Estadual (se houver):	

A (Empresa), conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços de: **(especificar para qual (is) serviços se credencia, conforme lista de serviços do Termo de Referência).**

DECLARA, para os devidos fins:

- 1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;
- 2) QUE não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista;
- 3) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital de Credenciamento nº XXX/202X, acatando-as em sua totalidade;
- 5) QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;
- 6) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;
- 7) QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados na Tabela de Valores prevista no Anexo I – Termo de Referência;
- 8) QUE dispõe ou disporá, quando da convocação, local e de EPIs - Equipamento de Proteção Individual, demais equipamentos e materiais apropriados para a execução dos serviços e que os manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis aos serviços.

Local e data.

Nome, identificação e assinatura do interessado



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E

O Município de NILÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº com sede na neste ato representado(a) pelo(a), doravante denominado **CREDENCIANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designado **CREDENCIADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX/202X e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação Chamamento Público/Credenciamento nº XXXX/202X, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.2. Pelo presente instrumento, credencia-se a prestação, pelo Credenciado, de serviços de xxxxx, serviços de consulta especializada em xxxxxxx.

2. CLÁUSULA II - DO AMPARO LEGAL

A presente contratação está fundamentada no inciso IV do art. 74 e art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 013/2023.

A lavratura do presente instrumento decorre Edital de Inexigibilidade/Credenciamento nº 01/2024, Processo Administrativo nº 2128/2024.

Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital de Inexigibilidade/Credenciamento nº 133/2024, bem como seus Anexos.

3. CLÁUSULA III - DO REGIME DE FORNECIMENTO

O presente contrato tem como regime de execução a empreitada por preços unitários, com pagamento mensal, nos termos do Edital de regência.

O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

Os serviços deverão ser solicitados pela Secretaria solicitante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Após a emissão da Autorização de Fornecimento e respectivo empenho, o Credenciado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para dar início à execução dos serviços.

Os serviços deverão ser executados de segunda a sábado, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, nos locais indicados pela Secretaria solicitante.

4. CLÁUSULA IV - DO VALOR DE CADA ITEM DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Na Tabela abaixo estão previstas as descrições e valores unitários de cada serviço a ser realizado pelo Credenciado, conforme demanda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item	Descrição	Unid.	Preço Unt R\$

O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Nilópolis - RJ até o 5º (quinto) dia útil para empresas locais e 10º dia útil para empresas não locais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado para esse fim, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

Os serviços serão solicitados por meio de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente.

Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

É encargo do Credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Credenciante.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.

O Credenciado deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.

Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria solicitante, por servidor designado como fiscal pela Credenciante conforme Portaria Municipal nº 042/2024.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Município de Nilópolis - RJ, entre o término do prazo referido no item 8.3 e a data do efetivo pagamento da Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

$I = i/365 \mid = 6/100/365 \mid = 0,00016438;$

onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

5. CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do 105 da Lei Federal 14.133/2021.

6. CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

Informar, a cada Autorização de Fornecimento, as quantidades, dias, horários e demais informações necessárias à prestação dos serviços.

Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada pagamento;

Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

A Prefeitura Municipal de Nilópolis - RJ, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Credenciante;

Executar os serviços conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;

Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura Municipal de Nilópolis - RJ, referentes às condições firmadas neste contrato e no Termo de Referência;

Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria solicitante, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;

Manter EPIs, materiais e equipamentos adequados para a prestação dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Observar as normas e regulamentos relacionados com a prestação dos serviços;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município De Nilópolis/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com manutenção e reparo de materiais e equipamentos próprios, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na prestação dos serviços, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome do Município de Nilópolis;

Comunicar à o Município de Nilópolis, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização do Município de Nilópolis;

Prestar esclarecimentos à o Município de Nilópolis sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Nilópolis - RJ, cujas reclamações se obriga a atender;

Qualquer dano causado ao patrimônio do Município de Nilópolis decorrente de culpa e/ou dolo do Credenciado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, na execução dos serviços, será ressarcido pelo Credenciado, que será responsabilizado pelo ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste contrato.

7. CLAUSULA VII – DAS SANÇÕES

O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A sanção prevista na letra “a” do item 7.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

A sanção prevista na letra “c” do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 7.1 deste



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

A sanção prevista na “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 7.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A sanção estabelecida na letra “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 7.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) deste contrato.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 7.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

8. CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE RESCISÃO

A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Serão observadas, ainda, as previsões dos [arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9. CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

9.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133](#), de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

10. CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1. O Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

11. CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos [arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12. CLÁUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor que será designado para esse fim pela autoridade competente.

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas

13. CLÁUSULA XIII - DA PUBLICAÇÃO

(PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

14. CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Órgão: - Secretaria Municipal de Saúde;
- II. Elemento de Despesa: 33..90.39;
- III. Programa: 0039
- IV. Sub-função: 302
- V. Função: 10

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))



PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nilópolis-RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

16.2.

Nilópolis,...de 2024.

MUNICIPIO DE NILÓPOLIS

XXXXXXXXXX
CREDENCIANTE

XXXXXXXXXXXXX
CREDENCIADO

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar o cumprimento deste contrato.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fiscal do Contrato

Após análise do conteúdo do contrato acima, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela legislação vigente, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

Procurador do Município
OAB/RJ

ANDRÉ MARTINS LOREIRO
SubSecretário Municipal de
Saúde

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. OBJETO

Estudo Técnico Preliminar para tratar da necessidade de realização de Credenciamento de prestadores de serviços de consultas, procedimentos e exames especializados em OFTALMOLOGIA de acordo com os PROCEDIMENTOS DA TABELA SUS do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento, Medicamentos e OPM do SUS.

3. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

O referido Estudo Preliminar proporcionará subsídios ao Fundo Municipal de Saúde para contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de consultas, procedimentos e exames especializados em OFTALMOLOGIA de acordo com os PROCEDIMENTOS DA TABELA SUS do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento, Medicamentos e OPM do SUS, visando atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde da cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro. A assistência aos usuários é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como toda a linha de cuidado, desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos, de forma organizada e hierarquizada. Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Art. 196 e 197 da Carta Magna:

A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados.





Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

"Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado."

A execução do serviço em tela atenderá às necessidades dos moradores da cidade de Nilópolis quanto a realização de cirurgias eletivas de catarata, além do mais, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS):

"A doença é responsável por 51% dos casos de cegueira no mundo, o que representa cerca de 20 milhões de pessoas. Segundo a Sociedade Brasileira de Oftalmologia (Sigla), por ano surgem cerca de 550 mil novos casos no Brasil. Em 2016, mais de 450 mil pacientes fizeram a cirurgia pelo SUS e no Brasil, ela é responsável por 48% dos casos de cegueira. "A catarata é uma doença silenciosa, que se desenvolve lentamente, dificultando a chegada de luz à retina e consequentemente reduzindo a visão. É como se você, olhasse para uma janela embaçada. Essa visão "nublada" dificulta tarefas do dia a dia, como ler, dirigir e até enxergar as pessoas", explica o médico Fernando Wanna Pereira, oftalmologista da Clínica Fares.

(Retirado: <http://www.apcd.org.br/index.php/noticias/794/em-foco/16-03-2017/catarata-e-responsavel-por-48-dos-casos-de-cegueira-no-brasil>).

Considerando que a contratação de empresa especializada na realização de serviços médicos com base no art. 199 da Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica do SUS (Lei Federal nº 8.080/90), e na portaria nº 1.286 de 26 de outubro de 1993 do Ministério da Saúde, incluindo consultas, avaliação de exames, cirurgias eletivas, se faz necessário, visto que os mesmos são imprescindíveis para o atendimento universal e igualitário dos cidadãos referenciados ou residentes em nossa cidade que necessitam realizar procedimentos na área de Oftalmologia;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA com observação estrita da Lei 3.268/57, dos Decretos nº 44.045/1958 e nº 6821/2009, do Código de Ética e Regulamentação do Processo Disciplinar, das Leis nº 8.080/90, 8.142/90 e 8.666/93, Portaria MS-SAS nº 134, de 04 de Abril de 2011 e demais normas aplicáveis à espécie, sem prejuízo das disposições seguintes;

Para os efeitos deste ETP consideram-se profissionais da CONTRATADA: os membros de seu corpo clínico e de profissionais; o profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA; o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços à CONTRATADA, ou que por esta seja autorizado;

Não poderão fazer parte do corpo clínico da Contratada, profissionais que façam parte do efetivo desta municipalidade;

A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados;

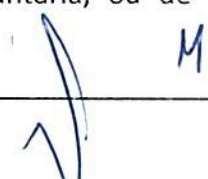
Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatização suplementar exercidos pela Contratante sobre a execução do objeto deste, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.142/90), além das Normas Operacionais da Saúde.

É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste CONTRATO, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante ou para o Ministério da Saúde.

Os agendamentos dos procedimentos serão realizados por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

A CONTRATADA se obriga a:

- Manter sempre atualizados os prontuários médicos dos pacientes;
- Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, sem prejuízo da qualidade na prestação de serviços;
- Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto no Termo de Referência;
- Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- Garantir a confidencialidade dos dados e informações aos pacientes;
- A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de





negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso;

- Cada um dos profissionais da empresa indicará no mínimo dois números de telefones, através dos quais, poderão ser contatados pelo serviço competente da Secretaria Municipal de Saúde;
- Cabe à CONTRATADA a responsabilidade por cobrar dos profissionais a ela vinculada, a informação em tempo hábil, sobre quaisquer mudanças ocorridas no (s) número(s) dos telefones indicados e informar à CONTRATANTE sobre a alteração ocorrida;

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Acerca do valor dos exames, foi tomado o valor previsto na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS por exame realizado, conforme produção. Os valores praticados estão fundamentados em demonstrativo econômico-financeiro, elaborado pela direção nacional do SUS, e são aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde, órgão deliberativo de controle social, conforme disposto ainda na Lei nº 8.080/90, que dispõe em seu artigo 26, incisos I e II:

Art. 26. Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovados no Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º Na fixação dos critérios, valores, formas de reajuste e de pagamento da remuneração aludida neste artigo, a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá fundamentar seu ato em demonstrativo econômico-financeiro que garanta a efetiva qualidade de execução dos serviços contratados.

§ 2º Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Nesse sentido, as soluções encontradas para a referida demanda seriam:

- **Solução 1:** A realização de contratação de empresa via Pregão Eletrônico para realização de consultas, procedimentos e exames especializados em OFTALMOLOGIA aos munícipes de Nilópolis.
- **Solução 2:** Realização de processo licitatório para credenciamento de empresa(s) para realização de consultas, procedimentos e exames especializados em OFTALMOLOGIA aos munícipes de Nilópolis.

5.1. Análise da Solução 1

A solução acima apresentada se torna inviável, uma vez que a forma de disputa por maior desconto em percentual por exame sobre a tabela SUS tornaria inexecutável a execução do contrato, diante da defasagem a baixo valor atribuído via tabela SUS atualmente. Dessa forma, estaria comprometida a qualidade dos serviços.

5.2. Análise da Solução 2

A solução 2, realização de processo licitatório para credenciamento de empresa(s) para realização dos consultas, procedimentos e exames especializados em OFTALMOLOGIA a preço da tabela SUS se mostra mais viável, uma vez que caso haja mais de um prestador credenciado, o paciente tem o poder de escolher o estabelecimento em que o exame será realizado, destacando-se que o pagamento ocorre conforme a prestação do serviço por exame no valor da tabela SUS, permitindo que todos os prestadores de serviços que satisfaçam determinados requisitos possam se credenciar para a prestação do serviço.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução 2 - realização de processo licitatório para credenciamento de empresa(s) para realização dos exames laboratoriais a preço da tabela SUS – demonstra ser a mais adequada para atender a demanda aponta, uma vez que caso haja mais de um prestador credenciado, o paciente tem o poder de escolher o estabelecimento em que o exame será realizado, destacando-se que o pagamento ocorre conforme a prestação do serviço por exame no valor da tabela SUS, permitindo que todos os prestadores de serviços que satisfaçam determinados requisitos possam se credenciar para a prestação do serviço.

7. ESTIMATIVA DOS PROCEDIMENTOS A SEREM CONTRATADOS

PROCEDIMENTOS OFTALMOLOGIA						
Código	Descrição Procedimento	Valor Unitário	Qtde/ano	Valor/ano	Qtde/mês	Valor/mês
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10,00	8947	89.470,00	745,583333	7.455,83
03.03.05.023-3	TRATAMENTO MEDICAMENTOSO DE DOENÇAS DA RETINA	627,28	360	225.820,80	30	18.818,40
04.05.03.004-5	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	107,61	1260	135.588,60	105	11.299,05
04.05.03.013-4	VITRECTOMIA ANTERIOR	381,08	1	381,08	0,08333333	31,76
04.05.03.017-7	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO/ÓLEO DE SILICONE/ENDOLASER	4.701,84	60	282.110,40	5	23.509,20
04.05.03.019-3	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER	430,46	120	51.655,20	10	4.304,60
04.05.03.021-5	RETINOPEXIA PNEUMÁTICA	389,64	60	23.378,40	5	1.948,20
04.05.03.022-3	REMOÇÃO DE ÓLEO DE SILICONE	468,60	1	468,60	0,08333333	39,05
04.05.05.007-0	CORRECAO CIRURGICA DE HERNIA DE IRIS	259,20	1	259,20	0,08333333	21,60
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER	112,77	1200	135.324,00	100	11.277,00
04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDÁRIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	1.112,83	12	13.353,96	1	1.112,83
04.05.05.017-8	IRIDECTOMIA CIRURGICA	297,46	1	297,46	0,08333333	24,79
04.05.05.029-1	SUTURA DE CONJUNTIVA	82,28	1	82,28	0,08333333	6,86
04.05.05.030-5	SUTURA DE CORNEA	164,08	1	164,08	0,08333333	13,67
04.05.05.032-1	TRABECULECTOMIA	898,35	1	898,35	0,08333333	74,86
04.05.05.036-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO	209,55	120	25.146,00	10	2.095,50
04.05.05.037-2	FACOEMLISIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	771,60	2400	1.851.840,00	200	154.320,00
02.05.02.002-0	PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA	14,81	2641	39.113,21	220,083333	3.259,43
02.05.02.008-9	ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	24,20	2761	66.816,20	230,083333	5.568,02
02.11.06.001-1	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	24,24	2640	63.993,60	220	5.332,80
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO	40,00	241	9.640,00	20,08333333	803,33
02.11.06.010-0	FUNDOSCOPIA	3,37	4921	16.583,77	410,083333	1.381,98
02.11.06.011-9	GONIOSCOPIA	6,74	240	1.617,60	20	134,80
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA COM GRÁFICO	24,24	2761	66.926,64	230,083333	5.577,22
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPÉCULAR DE CORNEA	24,24	2760	66.902,40	230	5.575,20
02.11.06.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL	3,37	2400	8.088,00	200	674,00
02.11.06.018-6	RETINOGRAFIA FLUORESCENTE BINOCULAR	64,00	240	15.360,00	20	1.280,00
02.11.06.025-9	TONOMETRIA	3,37	4921	16.583,77	410,083333	1.381,98

PROCEDIMENTOS OFTALMOLOGIA						
Código	Descrição Procedimento	Valor Unitário	Qtde/ano	Valor/ano	Qtde/mês	Valor/mês
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA	24,24	2760	66.902,40	230	5.575,20
02.11.06.002-0	BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO	12,34	4920	60.712,80	410	5.059,40
02.11.06.028-3	TOMOGRFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA	48,00	1080	51.840,00	90	4.320,00
04.05.02.002-3	CORREÇÃO CIRÚRGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)	1.167,82	1	1.167,82	0,08333333	97,32
04.05.05.006-2	CORRECAO DE ASTIGMATISMO SECUNDARIO	19,14	1	19,14	0,08333333	1,60
02.11.06.006-2	CURVA DIARIA DE PRESSAO OCULAR CDPO (MINIMO 3 MEDIDAS)	10,11	240	2.426,40	20	202,20
04.05.04.006-7	ENUCLEAÇÃO DE GLOBO OCULAR	415,57	1	415,57	0,08333333	34,63
04.05.04.007-5	EVISCERAÇÃO DE GLOBO OCULAR	587,51	1	587,51	0,08333333	48,96
04.05.05.019-4	IRIDOTOMIA A LASER	45,00	1	45,00	0,08333333	3,75
02.11.06.017-8	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR	24,68	360	8.884,80	30	740,40
04.05.03.007-0	RETINOPEXIA COM INTROFLEXÃO ESCLERAL	1.074,86	60	64.491,60	5	5.374,30

3.465.356,64

288.779,72



8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado anual da contratação para os serviços de Oftalmologia é de R\$ 3.465.356,64.

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Verifica-se que a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente ao não parcelamento do objeto, uma vez que, o parcelamento poderia gerar complicações e comprometer o resultado final dos trabalhos, bem como haveria significativa dificuldade para a garantia e fiscalização dos serviços executados.

Os proponentes deverão realizar todos os exames presentes na Tabela constante no Termo de Referência, não sendo facultado ao proponente escolher somente os exames que tem interesse.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação encontra-se alinhada ao objetivo de garantia da estrutura adequada, além de atender com eficiência e eficácia os pacientes SUS do município de Nilópolis, primando pela produtividade elevada, pela economicidade, pela qualidade e celeridade dos serviços prestados.

Com a adoção da solução aqui exposta, como pode ser visto no item 5, serão realizados aproximadamente 300 procedimentos de Oftalmologia por mês, entre consultas, exames e cirurgias.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES

Não existem contratações em andamento que venham fazer correlação ou dependência com o objeto pretendido.



12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente aquisição consta com os devidos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua atividade.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

De acordo com o artigo 18, inciso VIII, concluímos que de acordo com a necessidade de atender as demandas de consultas especializadas e avaliações em oftalmologia (incluindo glaucoma), exames bem como cirurgias com seus acompanhamentos pós-cirúrgicos, traz melhor resultado tanto na forma de contratação por ser esta mais vantajosa para Administração Pública, bem como todo o ciclo de contratação do serviço para o objeto em tela.

Nilópolis, de Janeiro de 2024


Integrante Técnico


Integrante Solicitante


André Martins Loureiro
Subsecretário Executivo de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

O presente Termo de Referência tem como finalidade detalhar o interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Nilópolis em aperfeiçoar procedimentos administrativos de contratualização para a efetiva prestação de serviços de referência em Oftalmologia possibilitando o atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia - incluindo Glaucoma, assim como de exames e de cirurgias.

2. DO OBJETO

O objeto do presente termo é a seleção, credenciamento e possível contratação, de entidades jurídicas, públicas ou privadas, inscritas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), para prestação de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, conforme especificado neste Termo de Referência.

O contratado deverá dispor de capacidade instalada compatível com os serviços a serem contratualizados, incluindo os equipamentos, o espaço físico e os recursos humanos, os quais poderão ser empregados para atender pacientes particulares, desde que garantidos os ofertados à contratante.

Destaca-se que, para a prestação dos serviços de referência em oftalmologia decorrentes da contratualização em questão, a(s) entidade(s) jurídica(s) eventualmente contratada(s) deverá(ão) observar todas as previsões deste Termo de Referência, que constará em anexo ao respectivo edital, assim como observar o disposto na Portaria GM/MS nº 1.631 de 01/10/2015 (Anexo I); na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 05, de 28/09/2017; na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 2, de 28/09/2017; na Portaria GM/MS nº 957, de 15.05.2008; na Portaria SAS nº 288, de 19/05/2008; na Portaria Conjunta entre a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos nº 11, de 02/04/2018; na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); na Lei nº 8.666/93; e nas demais normas e legislações vigentes aplicáveis.

3. JUSTIFICATIVA

Os marcos normativos para a organização da atenção oftalmológica são a Portaria GM/MS n. 957 de 15.05.2008, que institui a política nacional de atenção em oftalmologia, a Portaria SAS n. 288 de 19.05.2008, que



definiu as redes estaduais e regionais na atenção básica e especializada em oftalmologia e o protocolo do tratamento do glaucoma, publicado pela portaria conjunta entre a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos nº 11, de 02 de abril de 2018, a qual estabeleceu novas diretrizes para o diagnóstico e tratamento do glaucoma.

A Política Nacional de Atenção Especializada em Oftalmologia deve contemplar todos os municípios, respeitadas as competências das três esferas de gestão, organizada de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, visando ampliar a cobertura no atendimento aos pacientes com doenças oftalmológicas.

A Portaria SAS/MS nº 288, de 19 de maio de 2008, definiu os critérios para a credenciamento/habilitação das Unidades de Atenção Especializada e dos Centros de Referência em Oftalmologia.

Considerando os parâmetros da Portaria nº 288/SAS/MS, de 19 de maio de 2008, como orientadores para a ordenação/organização da rede assistencial de oftalmologia, o Estado do Rio de Janeiro deve apresentar o quantitativo de 77 (setenta e sete) Unidades de Atenção Especializada em Oftalmologia.

De acordo com os critérios de programação da Portaria Nº 1.631, de 1º de outubro de 2015, que aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, os recursos federais alocados no teto financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Rio de Janeiro atendem somente cerca de 30% das necessidades estimadas de oftalmologia da população do Estado.

Este cenário tem se traduzido em longas filas de espera para acesso aos atendimentos, especialmente primeira consulta, resultando em perda do tempo oportuno de tratamento (aumentando a gravidade dos casos) e demandas judiciais, que oneram sobremaneira o orçamento da saúde.

Outra situação de grande gravidade é o baixo número de paciente em tratamento de glaucoma, sendo a principal causa de cegueira, também merece atenção a oferta registrada de realização de cirurgias de catarata por meio de facoemulsificação a laser.

Diante da crescente demanda de assistência oftalmológica e a insuficiência de unidades de saúde de atenção oftalmológica que prestem serviço ao SUS no estado, é apresentado o presente Termo de Referência para contratar serviços de atendimento aos pacientes que necessitam realizar exames, consultas especializadas (incluindo glaucoma), procedimentos cirúrgicos de maior demanda e acompanhamento pós-cirúrgico.

Sobre as patologias mencionadas, o glaucoma é uma neuropatia óptica que afeta mais de 67 milhões de pessoas no mundo, das quais 10% são cegas (acuidade visual corrigida no melhor olho de 0,05 ou campo visual com menos de 10 graus no melhor olho com a melhor correção óptica). Após a catarata, o glaucoma é a segunda causa de cegueira, além de ser a principal causa de cegueira irreversível.



No Brasil, há escassez de informações quanto à prevalência do glaucoma. A maior parte dos estudos é restrita, antiga e mostra prevalência de 2% - 3% na população acima de 40 anos, com aumento da prevalência conforme o aumento da idade. O Conselho Brasileiro de Oftalmologia adota a prevalência de 1% na população total, como em recente trabalho conjunto com o Ministério da Saúde.

A identificação de fatores de risco e da doença em seu estágio inicial e o encaminhamento ágil e adequado para o atendimento especializado dão à atenção básica um caráter essencial para um melhor resultado terapêutico e prognóstico dos casos.

Se houver suspeita de glaucoma, exames devem ser realizados como forma de complementar a investigação diagnóstica (nos casos de glaucoma estabelecido, visam auxiliar na definição etiológica e de gravidade).

A gonioscopia avalia o ângulo iridocorneano, identificando a amplitude do ângulo da câmara anterior, o grau de pigmentação, a altura da inserção iriana e a configuração da íris.

A paquimetria ultrassônica avalia a espessura corneana central e influencia a estimativa da PIO.

A campimetria visual (campimetria computadorizada estática acromática) é o exame padrão-ouro para detectar o dano funcional do glaucoma e para monitorizar sua progressão.

Uma vez realizado o diagnóstico em tempo oportuno, o paciente deverá ser direcionado à unidade habilitada de referência, que recebe os colírios para tratamento, adquiridos pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde.

Vários estudos apontam a maior incidência, dentre as doenças oftalmológicas que demandam cirurgia, o pterígio e a catarata.

O pterígio refere-se ao espessamento vascularizado da conjuntiva, de forma triangular, que se estende do ângulo interno do olho na direção da córnea. A frequência da condição varia entre 1% e 33% entre as várias regiões do mundo.

O pterígio é mais frequente em adultos entre 20 e 40 anos e parece ser mais comum em homens. O pterígio nos olhos é, muitas vezes, precedido de outra degenerescência da conjuntiva designada de pinguécula.

Para evitar complicações visuais, o paciente deve buscar auxílio médico assim que sentir os primeiros sintomas ou ao notar o crescimento da membrana estranha no olho. Assim, o tratamento da doença pode ser clínico ou cirúrgico, motivado por questões funcionais e/ou estéticas.

A catarata é a maior causa de cegueira em todo o mundo, com exceção dos países desenvolvidos. Responde por 47,8% dos casos mundiais de cegueira (RESNIKOFF, 2004). É anatomicamente definida como qualquer

opacificação do cristalino que difrata a luz, acarretando efeito negativo na visão. As alterações podem levar desde pequenas distorções visuais até a cegueira.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a incidência anual de catarata é estimada em 0,3% ao ano. Isso representaria, no Brasil, cerca de 550 000 novos casos de catarata por ano.

A catarata é considerada um problema de saúde pública devido ao grande número de pessoas com a doença, que a cada ano aumenta. O tratamento é cirúrgico, sendo que as técnicas de remoção da opacidade lenticular apresentam-se relativamente simples, têm baixo custo e têm sido praticadas com segurança há muitos anos. Políticas de combate a cegueira por catarata tem por objetivo conscientizar a população sobre a catarata e aumentar a oferta de cirurgias.

A definição das metas físicas e procedimentos prioritários foram definidos considerando a necessidade reduzir o tempo de espera para atendimento na área de oftalmologia, especialmente a primeira consulta, e os recursos orçamentários disponíveis para essa ampliação da oferta.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / QUANTIDADE E ESTIMATIVA DE CUSTO

4.1. O atendimento aos usuários do SUS consistirá na realização de procedimentos elencados na Planilha Quantitativa e de Valores – Credenciamento Procedimentos Oftalmológicos.

4.2. Constituem blocos organizados artificialmente por tipo de atendimento e compostos por procedimentos relacionados ao tipo de atendimento, que podem ser realizados no atendimento. Entretanto, apenas os efetivamente realizados, registrados e informados no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS serão efetivamente computados para pagamento.

4.3. É condição, também, que os atendimentos sejam previamente regulados pela central municipal de regulação, sendo a mesma responsável por indicar os meios, fluxos e protocolos a serem seguidos pelo prestador.

4.4. O valor total estimado para a execução dos procedimentos pactuados é de **R\$ 288.779,72** (duzentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos) mensais, o que corresponde ao valor de R\$ **3.465.356,64** (três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) por ano.



**PREFEITURA
DE NILÓPOLIS**

Nossa Cidade, Nosso Orgulho!

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Nilópolis

Secretaria Municipal de Saúde
Gabinete do Secretário

4.5. Salienta-se que os valores financeiros têm como referências os valores da tabela SUS de procedimentos, tratando-se dos menores valores previstos no mercado, o que garanta a vantajosidade e a economicidade na contratualização da forma que se pretende.

4.6. Abaixo segue a respectiva tabela com quantitativo e valores correspondentes:

PROCEDIMENTOS OFTALMOLOGIA						
Código	Descrição Procedimento	Valor Unitário	Qtde/ano	Valor/ano	Qtde/mês	Valor/mês
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10,00	8947	89.470,00	745,583333	7.455,83
03.03.05.023-3	TRATAMENTO MEDICAMENTOSO DE DOENÇAS DA RETINA	627,28	360	225.820,80	30	18.818,40
04.05.03.004-5	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	107,61	1260	135.588,60	105	11.299,05
04.05.03.013-4	VITRECTOMIA ANTERIOR	381,08	1	381,08	0,08333333	31,76
04.05.03.017-7	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO/ÓLEO DE SILICONE/ENDOLASER	4.701,84	60	282.110,40	5	23.509,20
04.05.03.019-3	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER	430,46	120	51.655,20	10	4.304,60
04.05.03.021-5	RETINOPEXIA PNEUMÁTICA	389,64	60	23.378,40	5	1.948,20
04.05.03.022-3	REMOÇÃO DE ÓLEO DE SILICONE	468,60	1	468,60	0,08333333	39,05
04.05.05.007-0	CORRECAO CIRURGICA DE HERNIA DE IRIS	259,20	1	259,20	0,08333333	21,60
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER	112,77	1200	135.324,00	100	11.277,00
04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDÁRIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	1.112,83	12	13.353,96	1	1.112,83
04.05.05.017-8	IRIDECTOMIA CIRURGICA	297,46	1	297,46	0,08333333	24,79
04.05.05.029-1	SUTURA DE CONJUNTIVA	82,28	1	82,28	0,08333333	6,86
04.05.05.030-5	SUTURA DE CORNEA	164,08	1	164,08	0,08333333	13,67
04.05.05.032-1	TRABECULECTOMIA	898,35	1	898,35	0,08333333	74,86
04.05.05.036-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO	209,55	120	25.146,00	10	2.095,50
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	771,60	2400	1.851.840,00	200	154.320,00
02.05.02.002-0	PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA	14,81	2641	39.113,21	220,083333	3.259,43
02.05.02.005-9	ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	24,20	2761	66.816,20	230,083333	5.568,02
02.11.06.001-1	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	24,24	2640	63.993,60	220	5.332,80
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRAFICO	40,00	241	9.640,00	20,0833333	803,33
02.11.06.010-0	FUNDOSCOPIA	3,37	4921	16.583,77	410,083333	1.381,98
02.11.06.011-9	GONIOSCOPIA	6,74	240	1.617,60	20	134,80
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA COM GRÁFICO	24,24	2761	66.926,64	230,083333	5.577,22
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA	24,24	2760	66.902,40	230	5.575,20
02.11.06.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL	3,37	2400	8.088,00	200	674,00
02.11.06.018-6	RETINOGRAFIA FLUORESCENTE BINOCULAR	64,00	240	15.360,00	20	1.280,00
02.11.06.025-9	TONOMETRIA	3,37	4921	16.583,77	410,083333	1.381,98
PROCEDIMENTOS OFTALMOLOGIA						
Código	Descrição Procedimento	Valor Unitário	Qtde/ano	Valor/ano	Qtde/mês	Valor/mês
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Córnea	24,24	2760	66.902,40	230	5.575,20
02.11.06.002-0	BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO	12,34	4920	60.712,80	410	5.059,40
02.11.06.028-3	TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA	48,00	1080	51.840,00	90	4.320,00
04.05.02.002-3	CORREÇÃO CIRÚRGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)	1.167,82	1	1.167,82	0,08333333	97,32
04.05.05.006-2	CORRECAO DE ASTIGMATISMO SECUNDARIO	19,14	1	19,14	0,08333333	1,60
02.11.06.006-2	CURVA DIARIA DE PRESSAO OCULAR CDPO (MINIMO 3 MEDIDAS)	10,11	240	2.426,40	20	202,20
04.05.04.006-7	ENUCLEACAO DE GLOBO OCULAR	415,57	1	415,57	0,08333333	34,63
04.05.04.007-5	EVISCERACAO DE GLOBO OCULAR	587,51	1	587,51	0,08333333	48,96
04.05.05.019-4	IRIDOTOMIA A LASER	45,00	1	45,00	0,08333333	3,75
02.11.06.017-8	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR	24,68	360	8.884,80	30	740,40
04.05.03.007-0	RETINOPEXIA COM INTROFLEXÃO ESCLERAL	1.074,86	60	64.491,60	5	5.374,30
				3.465.356,64		288.779,72



5. SOBRE A ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM OFTALMOLOGIA

5.1. As Unidades de Atenção Especializada em Oftalmologia devem possuir condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de atenção especializada a portadores de doenças oftalmológicas que necessitem ser submetidos a procedimentos clínicos, de diagnóstico e tratamentos cirúrgicos.

5.2. Deve integrar e articular com a com a rede local de atenção à saúde e ainda oferecer consultas em oftalmologia como referência à rede de Atenção Básica, na medida da necessidade da população, definida pelo gestor de saúde.

5.3. Além disso, em respeito aos princípios organizativos do SUS, a unidade a ser credenciada deve:

- Enviar as bases de produção ambulatorial, por meio do sistema oficial de faturamento do SUS: SIA;
- Enviar as bases de Cadastro do Sistema de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde;
- Formalizar de Termo de Credenciamento com um único gestor SUS;
- Submeter-se ao monitoramento, controle e avaliação pelo ente contratante;
- Garantir um único mecanismo de acesso ao serviço, de forma transparente e com equidade.

5.4. É necessário que o estabelecimento seja cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), devendo realizar, obrigatoriamente:

- Consulta Oftalmológica com avaliação clínica que consiste em: anamnese, aferição de acuidade visual, refração dinâmica e/ou estática, biomicroscopia do segmento anterior, exame de fundo de olho, hipótese diagnóstica e apropriada conduta propedêutica e terapêutica;
- Procedimentos de diagnose para patologias de córnea e glaucoma;
- Seguimento ambulatorial pré-operatório e pós-operatório específico para os procedimentos cirúrgicos de pterígio e catarata, incluindo os procedimentos de diagnose e terapia complementares;
- Atendimento das complicações que advierem do tratamento cirúrgico realizado na unidade.

5.5. A equipe de profissionais deve ser composta, no mínimo, por 01 (um) Responsável Técnico, 02 (dois) médicos oftalmologistas, 01 (um) Médico Anestesiologista, caso realize procedimentos cirúrgicos, 01 (um) enfermeiro assistencial, técnicos de enfermagem. O número de enfermeiros, técnicos e/ou auxiliares de enfermagem deverá cumprir a Resolução COFEN vigente;

5.6. A área física da Unidade deve possuir Alvará de Funcionamento e se enquadrar nos critérios e normas estabelecidos pela legislação em vigor, ou outros ditames legais que as venham substituir ou complementar, como a RDC n.º 50, de 21 de fevereiro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, e de outras que vierem a complementá-la, alterá-la ou substituí-la.



5.7. Estrutura Física (exigências mínimas): em sua estrutura física devem existir salas para consultas médicas, avaliação e terapia oftalmológicas, recepção e sala de espera para acompanhantes, registro de pacientes, depósito de material de limpeza, área para guardar materiais/ equipamentos/ medicamentos, sanitários independentes.

5.8. Os consultórios/salas de consultas médicas devem contar com, no mínimo, os seguintes equipamentos: cadeira e coluna oftalmológica, refrator, biomicroscópio (lâmpada de fenda), tonômetro ocular, oftalmoscópio (direto e/ou indireto), lensômetro, projetor ou tabela de optotipos, ecobiômetro, microscópio especular, campímetro, topógrafo, ecógrafo, paquímetro ultrassônico e retinógrafo.

5.9. Para os serviços que ofertarem cirurgias, o Centro Cirúrgico deve contemplar, pelo menos, foco cirúrgico 01 mesa cirúrgica, 01 mesa auxiliar com rodízios (40x60x90 cm), 01 gerador mono e bipolar, 01 microscópio cirúrgico, 01 facoemulsificador, material de anestesia adequado, monitores, 01 capnógrafo e um 01 aspirador elétrico a vácuo portátil.

5.9.1. Além do instrumental cirúrgico necessário para o bom desempenho dos procedimentos a serem realizados: cirurgia de catarata com a técnica de facoemulsificação, caixa caneta irrigação para facoemulsificação, e cirurgia de ptérigio.

5.10. A unidade de oftalmologia contratada deverá informar eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, bem como da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS, hipótese na qual a Secretaria Municipal de Saúde poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo.

5.11. Da mesma forma, informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto.

12. Os procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos deverão ser disponibilizados em sua totalidade pela CONTRATADA para a central de regulação definida pelo contratante, a depender das regras locais de regulação, sendo vedada a reserva ou disponibilização de procedimentos ambulatoriais que não sejam regulados através do sistema de regulação definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.13. A assistência prestada deve ser integral e humanizada aos pacientes, seguindo os preceitos da Política Nacional de Humanização e Segurança do Paciente.

5.14. Os pacientes e/ou responsáveis legais devem ser esclarecidos sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos, sendo respeitada a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal. E, nos casos de decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto, apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas.



5.15. A unidade deve manter os prontuários médicos dos pacientes sempre atualizados, sendo indispensável ao serviço possuir prontuário único para cada paciente, que inclua todos os tipos de atendimento, contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente descritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo serviço.

5.16. As informações indispensáveis e mínimas referentes à evolução clínica e a assistência ao paciente deverão conter:

- a) Identificação do paciente;
- b) Histórico clínico;
- c) Avaliação oftalmológica que consiste em: anamnese, aferição de acuidade visual, refração estática e/ou dinâmica, biomicroscopia do segmento anterior, exame de fundo de olho, hipótese diagnóstica;
- d) Indicação do procedimento terapêutico clínico e/ou cirúrgico;
- e) Descrição do procedimento terapêutico clínico e/ou cirúrgico, em ficha específica contendo: identificação da equipe, descrição cirúrgica, incluindo os materiais usados e seus respectivos registros nacionais, para controle e rastreamento dos implantes;
- f) Descrição da evolução;
- g) Sumário de alta;
- h) Evolução ambulatorial.

6. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

6.1. Regularidade fiscal e trabalhista:

6.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento;

6.1.3. Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta – Dívida Ativa da União e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal), Estadual e Municipal;

6.1.4. Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

6.1.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF);

6.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho.

6.1.7. A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

6.2. Habilitação Jurídica:

- 6.2.1. Cópia da cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- 6.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.2.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Entidades jurídicas, no caso de associações e fundações, acompanhado da prova de diretoria em exercício;
- 6.2.4. Cópia do alvará de funcionamento emitido pela municipalidade da sede.

6.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 6.3.1. Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras inerentes ao último exercício social, devendo as mesmas serem apresentadas na forma da Lei, assinada por profissional contábil, com inscrição válida perante o Conselho Regional de Contabilidade, que demonstre e comprove a boa e regular situação financeira da entidade jurídica, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 6.3.2. Certidões negativas de falência expedidas pelos distribuidores da sede da entidade jurídica. Se a proponente não for sediada na Comarca de Nilópolis ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências;

OBSERVAÇÕES: As certidões que não indicarem prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo até 90 (noventa) dias antes da data de recebimento das propostas; os balanços deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável da proponente, o nº das folhas do livro diário, bem como o seu registro na junta comercial ou cartório de registro de títulos e documentos;

6.4. Qualificação Técnico – Profissional:

- 6.4.1. Médico Oftalmologista: médico com título de especialista em oftalmologia, sendo que a habilitação pode ser comprovada por certificado de Residência Médica reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), título de especialista da Associação Médica Brasileira (AMB) - Conselho Brasileiro de Oftalmologia ou registro no cadastro de especialistas dos respectivos Conselhos Federal e Regionais de Medicina;
- 6.4.2. Responsável Técnico: Médico responsabilidade técnica pela Unidade;



6.4.3. Médico Anestesiologista: médico com título de especialista na área de Anestesiologia, conferido pela Sociedade Brasileira de Anestesiologia, afim ou, ainda, certificado de Residência Médica em Anestesiologia, reconhecida pelo Ministério da Educação;

6.4.4. Enfermeiro: Profissional de Enfermagem inscrito em seu Conselho Regional, preferencialmente com capacitação e experiência em oftalmologia;

6.4.6. Técnico e/ou Auxiliar de Enfermagem: Profissional de enfermagem inscrito em seu Conselho Regional com a respectiva habilitação profissional, com formação profissional reconhecida pelo MEC.

7. DA ADMISSÃO DO PACIENTE NA UNIDADE CREDENCIADA

7.1. A entrada de pacientes para os serviços na unidade credenciada se dará exclusivamente por demanda referenciada e regulada. A unidade exercerá o papel de referência para consultas de avaliação oftalmológica de primeira vez, avaliação para patologias de córnea e glaucoma e ainda procedimentos cirúrgicos de pterígio e facoemulsificação.

7.2. O contratado também poderá ser solicitante de procedimentos subsequentes ao primeiro atendimento. As solicitações serão reguladas por critério cronológico de inserção e de gravidade clínica, direcionadas para as vagas nas especialidades disponibilizadas pelo contratado, respeitados os critérios estabelecidos pelo protocolo de regulação municipal.

7.3. Caberá à unidade contratada o reagendamento e a garantia do atendimento quando não houver a possibilidade de atendimento dos pacientes agendados.

7.4. A unidade contratada deverá fazer contato telefônico com os pacientes previamente à consulta agendada a fim de diminuir o absenteísmo. Havendo necessidade de cancelamento do procedimento agendado, a unidade solicitante deverá realizá-lo em tempo hábil de forma a permitir a disponibilização da vaga para outro paciente.

7.5. Caberá à contratada programar toda a oferta de vagas ambulatoriais no sistema de regulação indicado pela contratante. Caberá à contratada programar *overbooking* de vagas para os procedimentos que apresentarem absenteísmo superior a 15% a fim de evitar a ociosidade de profissionais. O percentual de *overbooking* deverá ser indicado pelo contratante.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento do serviço será feito conforme o somatório dos procedimentos realizados na competência, tendo como base de cálculo os valores da Tabela SUS do Ministério da Saúde (SIGTAP).

8.2. Serão considerados, para fins de pagamento, apenas os procedimentos realizados dentro dos padrões exigidos neste Termo de Referência.



8.3. O cálculo para pagamento será feito mediante apresentação dos dados de produção no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS, acompanhado da nota fiscal correspondente e do relatório detalhado. Os reajustes dos valores pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde e pactuação CIB de valores complementares de fonte estadual.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Da Secretaria Municipal de Saúde de Nilópolis

- a) Realizar os pagamentos devidos à entidade jurídica contratada, nas condições estabelecidas no edital, seus anexos e no contrato.
- b) Atestar as notas fiscais;
- c) Processar o faturamento;
- d) Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;
- e) Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;
- f) Analisar os relatórios e atividades elaboradas pela entidade jurídica contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;
- g) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela entidade jurídica contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;
- h) Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pela(s) entidade(s) jurídica(s) contratada(s), de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;
- i) Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

9.2. Da Unidade Prestadora de Serviços de Saúde

- a) Prestar atendimento na especialidade contratada (serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de

pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico);

- b) Deverá manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- c) Informar imediatamente ao FMSN eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a mesma poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;
- d) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;
- e) Informar imediatamente à FMSN e à SEMUSA as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;
- f) Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;
- g) Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;
- h) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- i) Afixar aviso, em local visível em todas as entradas de público externo ou salas de atendimento aos pacientes do SUS, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- j) Promover a qualificação de suas equipes profissionais;
- k) Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- l) Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pelo FMSN e pela SEMUSA;
- m) Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;
- n) Incentivar a adesão ao tratamento quando for o caso;
- o) Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;
- p) Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- q) Informar ao usuário do SUS e o FMSN, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;
- r) Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;



- s) Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: "Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título", com os seguintes dados:
- I. Nome da entidade jurídica contratada;
 - II. Nome do paciente;
 - III. Localidade;
 - IV. Nome e valor do procedimento realizado.
- t) Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;
- u) Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;
- v) Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde, pela SEMSADC e pela FMS;
- w) Enviar a Subsecretaria de Regulação, Controle, Auditoria e Avaliação o Laudo Técnico de Inspeção da ANVISA, sempre que houver nova fiscalização;
- x) Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS), estabelecido pela Portaria GM/MS nº. 382, de 10 de março de 2005 (ou outra que vier a substituí-la);
- y) Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;
- z) Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto:
- aa) Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;
 - bb) Cumprir as Diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);
 - cc) Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;
 - dd) Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;
 - ee) Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;
 - ff) Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários do SUS, sendo vedada ainda a captação de pacientes oriundos do SUS para a realização de procedimentos pagos pelo usuário, ainda que tal não esteja contratado pelo SUS. Nestes casos, o paciente deverá ser encaminhado, segundo protocolo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Nilópolis para outra Unidade que realize o procedimento pelo SUS;
 - gg) Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para execução dos serviços referidos neste Termo, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo ou de prestação de serviços, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Gestor Municipal,



apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado;

- hh) É de responsabilidade exclusiva e integral da unidade prestadora do serviço, manter em dia o pagamento dos serviços terceirizados a ele vinculados, bem como os demais encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo ou de prestação de serviços, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Gestor Municipal, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado;
- ii) Disponibilizar todos os serviços contratualizados da unidade de saúde à regulação, dentro das normas vigentes e acordadas com a Secretaria Municipal de Saúde de Nilópolis.
- jj) Realizar atualização mensal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;
- kk) Os prestadores devem possuir rotinas e normas, escritas, atualizadas anualmente e assinadas pelo responsável técnico pela Unidade;
- ll) As rotinas e normas devem abordar todos os processos envolvidos na Atenção e Administração e contemplar os seguintes itens:
- Manutenção preventiva e corretiva de materiais e equipamentos.
 - Acompanhamento ambulatorial dos pacientes cirúrgicos.
 - Escalas dos profissionais.

10. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

10.1. Na execução do contrato a Secretaria Municipal de Saúde encaminhará o paciente ao prestador de serviços, como resultado de seu atendimento e consequente agendamento através do sistema municipal de regulação, para a realização dos serviços de oftalmologia abrangidos pela contratualização em questão solicitados pelo médico que o atender.

10.2. Os resultados dos exames deverão ser entregues ao paciente, devidamente acompanhados pelos laudos assinados pelo profissional da respectiva prestadora.

10.3. Deverá ser de responsabilidade exclusiva e integral da prestadora de serviços a utilização de mão de obra própria para a execução dos respectivos serviços e procedimentos e, consequentemente, sendo de sua exclusiva e integral responsabilidade todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de quaisquer vínculos, empregatícios ou meramente comerciais, com seus empregados e demais contratados.



10.4. O material de consumo utilizado na prestação dos serviços será de total responsabilidade da prestadora de serviços e os respectivos serviços deverão ser realizados nas dependências de funcionamento da prestadora contratada.

10.5. As despesas referentes à prestação dos serviços objeto do respectivo contrato a ser assinado ficarão por conta da futura contratada, sendo-lhe pago apenas o valor relativo aos serviços executados, conforme previsto na tabela apresentada no presente Termo de Referência.

10.6. Na qualidade de prestadora de serviços a contratada se responsabiliza por danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do respectivo contrato, por atos de seus representantes legais, empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.

10.7. Serão disponibilizados horários na agenda à regulação da Secretaria Municipal de Saúde. A agenda será responsabilidade da futura contratada, na condição de que eventuais alterações sejam comunicadas, com a devida antecedência, à contratante.

11. DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

11.2. A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela Coordenação de Controle, Avaliação e Auditoria.

11.3. A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor(es) designado(s) pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde e Defesa Civil, por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Município.

11.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria, assim como não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos;

11.5. Para execução da fiscalização, a contratada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.



11.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela SI MSADC e/ou FMS, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à mesma.

11.7. Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da entidade jurídica contratada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas;

11.8. A entidade jurídica contratada facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestará todos os esclarecimentos e entregará todos os documentos que lhe for solicitado;

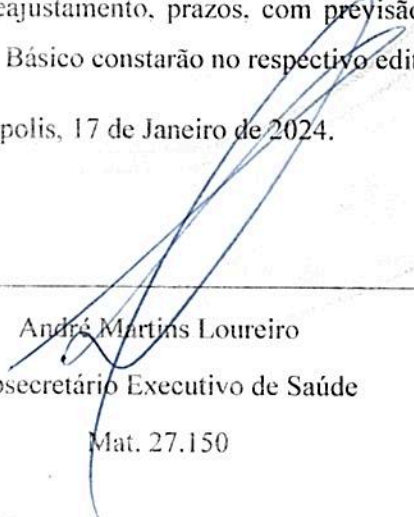
11.9. O(s) servidor(es) designado(s) para a fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para as providências cabíveis.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Pelo todo exposto, o presente termo objetiva nortear a realização de Chamada Pública com fins de contratar entidade(s) jurídica(s), pública(s) ou privada(s), prestadora(s) de serviços de referência em Oftalmologia para atendimento de pacientes que necessitem de consultas especializadas de avaliação em oftalmologia (incluindo Glaucoma), exames e cirurgias, com garantia de acompanhamento pós-cirúrgico, conforme especificado nos termos acima.

12.2. As demais disposições para a realização do credenciamento e contratação, com regras para a participação das pessoas jurídicas interessadas, com previsão dos critérios avaliação para qualificação técnica, qualificação econômica/financeira, bem como critérios de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, e determinação de direitos, deveres, obrigações e responsabilidades das partes, com previsão de regime de execução de serviços, valores, preços, condições de reajustamento, prazos, com previsão da minuta de contrato e demais condições de para atender ao presente Projeto Básico constarão no respectivo edital e seus anexos.

Nilópolis, 17 de Janeiro de 2024.



André Martins Loureiro
Subsecretário Executivo de Saúde
Mat. 27.150